

REBES REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E SAÚDE



GRUPO VERDE DE AGROECOLOGIA E ABELHAS-POMBAL - PB
REVISÃO DE LITERATURA

A CONTRIBUIÇÃO DO PSICOPEDAGOGO À EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Mariza Izabel Oliveira Medeiros

Professora da rede pública, licenciada em Biologia, especialista em Educação Ambiental
E-mail: marizaizagel@gmail.com

Resumo

A inclusão está fundada na dimensão sociocultural do ser humano, enfatizando as formas de interação, de possibilidades, de apoio às dificuldades e acolhimento das necessidades dessas pessoas. A ideia da educação inclusiva tem base no princípio da inclusão social, tendo em vista a equiparação de oportunidades e, conseqüentemente, uma sociedade para todos, dentro daquela visão de 'mundo inclusivo'. O conceito de escola inclusiva implica uma nova postura da escola comum, que propõe em seu projeto político pedagógico, ações que favoreçam a interação social e sua opção por práticas heterogêneas. Para promover a educação inclusiva, além de trabalhar com o professor capacitando-o para o seu dia a dia, o psicopedagogo também pode atuar auxiliando pais a compreenderem melhor o processo de inclusão. E isto é possível a partir de encontros, palestras e conversas esclarecedoras. No processo de construção da escola inclusiva, a presença do psicopedagogo é algo patente. Pois ele é o profissional habilitado para coordenar/auxiliar esse processo de mudança, promovendo encontros, palestras, coordenando discussões pedagógicas que sirvam para auxiliar o professor na construção de sua nova postura.

Palavras-chave: Escola Inclusiva. Psicopedagogo. Contribuição.

Abstract

Inclusion is based on socio-cultural dimension of the human being, emphasizing forms of interaction possibilities, support and care to the difficulties of their needs. The idea of inclusive education is based on the principle of social inclusion, considering the equalization of opportunities and, consequently, a society for all, within that vision of 'inclusive world'. The concept of inclusive education implies a new attitude of the common school, which proposes in his political pedagogical project, actions that promote social interaction and your choice by heterogeneous practices. To promote inclusive education, in addition to working with the teacher enabling it to your everyday life, the educational psychologist can also act helping parents better understand the process of inclusion. And this is possible from meetings, lectures and enlightening conversations. In the process of building an inclusive school, the presence of psycho educator is something patent. For he is a qualified professional to coordinate/assist this process of change, promoting meetings, lectures, coordinating pedagogical discussions that serve to help the teacher to construct his new position.

Keywords: Inclusive School. Psycho educator. Contribution.

1 INTRODUÇÃO

Constitucionalmente, a educação é um direito de todos, sem distinção de cor, raça ou etnia. Contudo, as pessoas que apresentam necessidades especiais, principalmente aquelas portadoras de deficiências severas, ainda não podem usufruir desse direito de forma plena, isto porque a sociedade brasileira ainda não possui uma consciência formada sobre a importância da inclusão e ignora o fato de que os homens, mesmo apresentando diferenças étnicas e físicas, são todos iguais.

A expressão necessidades educacionais é muito abrangente e foi consagrada através da educação especial. No entanto, o que se constata é que muitos alunos integram a educação especial são discriminados e enfrentam serias dificuldades quando passar a frequentar uma sala de aula regular.

A escola inclusiva ainda está longe de ser concretizada, embora alguns alunos com necessidades especiais estejam frequentando a escola regular, mesmo sem aprender. Em pleno século XXI, as diferenças físicas continuam servindo de parâmetros para

separar as pessoas. Ainda existe um preconceito por parte de uma significativa parcela da sociedade brasileira em aceitar o 'deficiente'. A sociedade como um todo precisa adotar uma postura inclusiva, eliminando de vez as barreiras que servem de obstáculos à inclusão das pessoas com necessidades, em todos os sentidos, seja na escola ou no âmbito da própria sociedade.

Esse processo não é fácil, principalmente quando se vive em uma sociedade classificatória e consumista, na qual, o sujeito é valorizado pela capacidade de produzir.

Analisando por esse lado, não existe espaço para o aluno com necessidades especiais, visto que o mesmo, em alguns casos, necessita de adaptações e acessibilidade. Contudo, tal processo é possível e necessário. O homem não pode continuar alimentando preconceitos ou outros sentimentos, que sirvam de argumentos para distanciá-lo de seus semelhantes.

Por sua vez, a escola é possível um papel importante nesse processo. Pois, somente através dela é possível mudar a sociedade, instruindo-a e capacitando-a para a construção de um 'mundo inclusivo'. Logo, a escola deve encontrar meios que possibilitem a inclusão do aluno com necessidades especiais, no ensino regular, eliminando tudo que possa servir de obstáculo a esse processo.

Dentro dessa concepção, o presente artigo tem por objetivo mostrar a importância do processo de inclusão das pessoas com deficiências, nas salas de aula do ensino regular.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 A INCLUSÃO ESCOLAR DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS

Em sua evolução histórico-sociológica, o conceito de inclusão aponta para a necessidade do aprofundamento do debate em torno da diversidade, buscando compreender a heterogeneidade, as diferenças individuais e coletivas, além das especificidades do ser humano.

Para Gomes et al. (2008, p. 35):

[...] o debate sobre a inclusão de crianças com deficiência revela que não basta apenas a inclusão física dessas crianças na escola. Há também a necessidade de uma mudança de lógica, da postura pedagógica, da organização da escola (seus tempos e espaços) e do currículo escolar para que a educação inclusiva cumpra o seu objetivo educativo.

Deve-se registrar que esse debate em torno da diversidade, busca compreender, sobretudo, as diferentes situações vividas na realidade social e no cotidiano escolar. Contudo, é preciso também compreender os dilemas e conflitos entre as perspectivas clínicas e pedagógicas que acompanham a história da educação especial. A compreensão de tais questões resume-se em mais um desafio na garantia do direito à educação inclusiva.

Na concepção de Mittler (2003, p. 21), "a inclusão é uma visão, uma estrada a ser viajada, mas uma estrada sem fim, com todos os tipos de barreiras e obstáculos, alguns dos quais estão em nossas mentes e em nossos corações".

É importante destacar que a inclusão está fundada na dimensão sociocultural do ser humano, enfatizando as formas de interação, de possibilidades, de apoio às dificuldades e acolhimento das necessidades dessas pessoas.

Bischoff, Santos e Muncinelli (2006, p. 114), entende que:

A inclusão nada mais é do que um meio para garantir maior equidade, desenvolvendo no ser humano valores e atitudes de solidariedade, respeito e colaboração, assegurando, assim, às pessoas com necessidades especiais, sua integração e participação na sociedade, tornando-se prioridade para se alcançar uma sociedade mais justa, integrada e democrática.

Nesse sentido, a inclusão não deve se restringir apenas à escola, mas a todo e qualquer lugar do convívio social. Por essa razão, a inclusão é um processo complexo, no qual, todos que dele fazem parte devem ser respeitados como são. Para inserção destas pessoas no contexto cultural não pode e nem deve seguir uma padrão estabelecido.

Para Alves e Barbosa (2006, p. 24):

[...] a inclusão nos chama ao aprendizado da compreensão frente à fragilidade humana. Compreender a riqueza da diversidade humana, compreender o outro como ele é, compreender que o diferente não é sempre o outro, somos todos e cada um.

Existem inúmeras definições para o termo 'inclusão'. No entanto, a maioria dela afirma em suas entrelinhas que a inclusão é um processo complexo, cuja configuração dá-se observando as dimensões ideológicas, socioculturais, políticas e econômicas. Mesmo diante dessas particularidades, deve-se sempre ter em mente que “ninguém pode ser excluído de ser capacitado para a inclusão. Todos têm algo a aprender sobre ela [...]. A inclusão não é apenas uma meta que pode ser alcançada, mas uma jornada com um propósito” (MITTLER, 2003, p.183).

Por outro lado, a educação inclusiva deve ter como ponto de partida o coletivo, a escola e a classe comum, onde todos os alunos com necessidades educativas, especiais ou não, precisam aprender a ter acesso ao conhecimento, à cultura e progredir no aspecto pessoal e social. Nesse contexto, surge um novo conceito: o de mundo inclusivo.

Na opinião de Carvalho (2006, p. 111):

[...] um mundo inclusivo é um mundo no qual todos têm acesso às oportunidades de ser e de estar na sociedade de forma participativa; onde a relação entre o acesso às oportunidades e as características individuais não são marcadas por interesses econômicos ou pela caridade pública.

A ideia sobre esse mundo inclusivo foi construída a partir das discussões sobre a inclusão, nas quais se tem buscado uma resposta a questões relacionadas ao ensino-aprendizagem. A princípio, visto como algo utópico, essa ideia, de forma gradativa, vem saindo do discurso acadêmico e se solidificando junto à sociedade, que, aos poucos, também vem ganhando um caráter mais inclusivo.

Dissertando sobre as práticas educacionais inclusivas em sala de aula, Bischoff, Santos e Muncinelli (2006, p. 114), observam que:

[...] a inclusão não é um processo rápido e fácil, mas requer uma preparação adequada e mudanças atitudinais de todos que atuam direta ou indiretamente. Dessa forma, necessita-se de um ensino que trabalhe as diferenças, bem como, que valorize as potencialidades de cada um. A principal barreira para a efetivação da inclusão é o despreparo dos professores do sistema regular.

Por sua complexidade, a inclusão é algo que implica no aprimoramento da formação dos professores para atuarem no ensino inclusivo. Ademais, ela também é um pretexto para que a escola se modernize, adequando-se às exigências de uma sociedade inclusiva, na qual não se admitem preconceitos, discriminação e nem um tipo de barreiras entre seres humanos. Permitindo, assim, no espaço escolar, a construção de um futuro diferente para pessoas com deficiências e para as comuns.

Adverte Mendes (2006, p. 402) que:

[...] o futuro da inclusão escolar em nosso país dependerá de um esforço coletivo, que obrigará a uma revisão na postura de pesquisadores, políticos, prestadores de serviços, familiares e indivíduos com necessidades educacionais especiais, para trabalhar numa meta comum, que seria a de garantir uma educação de melhor qualidade para todos.

A modalidade da inclusão, realmente se faz necessário para o desenvolvimento das crianças com deficiência, pois à medida que interagem com crianças ditas normais, adquirem uma confiança, até então não visível. Tal possibilidade será abordada no item a seguir.

2.2 CONCEPÇÃO DE ESCOLA INCLUSIVA

Na atualidade, denomina-se educação inclusiva o processo de integração das pessoas com deficiências ou de distúrbios de aprendizagem na rede comum de ensino, em todos os seus graus.

De acordo com Guijarro (2005 p. 8-9):

A educação inclusiva aspira fazer efetivos o direito à educação, a igualdade de oportunidades e de participação. O direito de todas as crianças à educação encontra-se consagrado na Declaração dos Direitos Humanos e reiterado nas políticas educacionais dos países; porém, ainda existem milhões de crianças e adultos que não têm acesso à educação ou recebem uma de menor qualidade.

A ideia da educação inclusiva tem base no princípio da inclusão social, tendo em vista a equiparação de oportunidades e, conseqüentemente, uma sociedade para todos, dentro daquela visão de ‘mundo inclusivo’.

Acrescenta ainda Guijarro (2005, p. 10), que:

A educação inclusiva implica uma visão diferente da educação comum baseada na heterogeneidade e não na homogeneidade, considerando que cada aluno tem uma capacidade, interesse, motivações e experiência pessoal única, quer dizer, a diversidade está dentro do ‘normal’. Dada essa concepção, a ênfase está em desenvolver uma educação que valorize e respeite às diferenças, vendo-as como uma oportunidade para otimizar o desenvolvimento pessoal e social e para enriquecer os processos de aprendizagem.

Assim sendo, para que a escola realmente possa desenvolver uma educação inclusiva, ela precisa estar organizada com políticas educacionais que contemplem a atuação interdisciplinar. Ela precisa também romper com a exclusão e com as práticas do encaminhamento, através das quais, no passado, ela tentava tirar de si a responsabilidade pela aprendizagem do aluno com alguma necessidade especial, delegando aos profissionais da saúde a tarefa de indicar as modalidades de atendimento.

Para adquirir a faculdade de ser uma escola inclusiva, tal instituição tem que passar por uma reforma radical em termos de currículo, de forma de avaliação, de prática pedagógica, e, ainda, estabelecer normas que disciplinem o agrupamento dos alunos nas atividades de sala de aula (BAPTISTA, 2005).

Segundo Alves e Barbosa (2006, p. 15):

A inclusão escolar, enquanto paradigma educacional tem como objetivo a construção de uma escola acolhedora, onde não existam critérios ou exigências de natureza alguma, nem mecanismos de seleção ou discriminação para o acesso e a permanência com sucesso de todos os alunos. Este paradigma requer um processo de ressignificação de concepções e práticas, no qual os educadores passem a compreender a diferença humana em sua complexidade, não mais com um caráter fixo e um lugar, preponderantemente no outro, mas entendendo que as diferenças estão sendo constantemente feitas e refeitas e estão em todos e em cada um. Ao mesmo tempo, contribui para transformar a realidade histórica de segregação escolar e social das pessoas com deficiência, tornando efetivo o direito de todos à educação.

Por sua vez, a escola inclusiva baseia-se da num sistema de valores, dando a todos a oportunidade de se sentir bem-vindo às suas instalações. Uma escola que possui esse perfil celebra-se a diversidade e os indivíduos nela inseridos não se sentem separados por gênero, nacionalidade, raça, linguagem, nível social ou a deficiência. Noutra palavras:

[...] a escola inclusiva é aquela que garante a qualidade de ensino educacional a cada um de seus alunos, reconhecendo e respeitando a diversidade e respondendo a cada um de acordo com suas potencialidades e necessidades (BRASIL, 2004, p. 7).

É oportuno destacar que “para que uma escola se torne inclusiva há que se contar com a participação consciente e responsável de todos os atores que permeiam o cenário educacional” (BRASIL, 2004, p. 9).

Em síntese, o conceito de escola inclusiva implica uma nova postura da escola comum, que propõe em seu projeto político pedagógico, ações que favoreçam a interação social e sua opção por práticas heterogêneas.

Guijarro (2005) destaca que a educação inclusiva implica numa maior flexibilidade e diversificação da oferta educativa, que assegure que todos os alunos obtenham as competências básicas, estabelecidas no currículo escolar, por meio de diferentes propostas e alternativas quanto às situações de aprendizagem, horários, materiais e estratégias de ensino.

De acordo com as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (BRASIL, 2001, p. 26-27):

A inclusão escolar constitui uma proposta que representa valores simbólicos importantes, condizentes com a igualdade de direitos e de oportunidades educacionais para todos, mas encontra ainda sérias resistências. Estas se manifestam, principalmente, contra a ideia de que todos devem ter acesso garantido à escola comum. A dignidade, os direitos individuais e coletivos garantidos pela Constituição Federal impõem às autoridades e à sociedade brasileira a obrigatoriedade de efetivar essa política, como um direito público subjetivo, para o qual os recursos humanos e materiais devem ser canalizados, atingindo, necessariamente, toda a educação básica.

Deve-se destacar que o processo de inclusão escolar envolve não só o acesso dos alunos especiais às classes comuns como também o fornecimento de suporte técnico e serviços na área de educação especial através dos seus profissionais. Por outro lado, a instituição deve operacionalizar a inclusão escolar que todos os seus alunos possam receber uma educação de qualidade.

2.3 CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

A Educação Especial não deve ser vista como a educação de um tipo de pessoa, mas como o conjunto de recursos colocados à disposição do sistema educacional, que permite a adequação da resposta educacional às necessidades particulares de cada um dos alunos, isto, num ambiente o menos restrito possível.

Com base nas diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica (BRASIL, 2001, p. 27), entende-se por educação especial:

[...] um processo educacional definido em uma proposta pedagógica, assegurando um conjunto de recursos e serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos

educandos que apresentam necessidades educacionais especiais, em todos os níveis, etapas e modalidades da educação.

Na atualidade, a Educação Especial tem sido definida no Brasil numa ampla perspectiva, que ultrapassa a simples concepção de atendimentos especializados. A nova LDB define-a como uma modalidade de educação escolar, voltada para a formação do indivíduo, com vistas ao exercício da cidadania. Por essa razão, ela:

[...] deve ocorrer em todas as instituições escolares que ofereçam os níveis, etapas e modalidades da educação escolar previstos na LOBEN, de modo a propiciar o pleno desenvolvimento das potencialidades sensoriais, afetivas e intelectuais do aluno, mediante um projeto pedagógico que contemple, além das orientações comuns [...] um conjunto de outros elementos que permitam definir objetivos, conteúdos e procedimentos relativos à própria dinâmica escolar (BRASIL, 2001, p. 41).

Assim sendo, como elemento integrante e indistinto do sistema educacional, realiza-se transversalmente, em todos os níveis de ensino, nas instituições escolares, cujo projeto, organização e prática pedagógica devem respeitar a diversidade dos alunos, a exigir diferenciações nos atos pedagógicos que contemplem as necessidades educacionais de todos.

Os princípios que fundamentam a educação inclusiva encontram respaldo legal e político na Declaração de Salamanca (1994), na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), na Convenção dos Direitos da Criança (1989) e na Política Nacional de Educação para Todos (1994), dentre outros. Assim, respaldo no princípio de que o sistema educacional deve promover a cidadania sem discriminações, o Ministério da Educação vem tentando cumprir o dispositivo constitucional, que preconiza a educação como direito de todos.

Segundo Duk (2005, p. 167):

A Educação Especial historicamente tem tido um papel preponderante no atendimento a aluno (a)s com deficiências tanto nos países da América Latina, como nos outros continentes. Prioritariamente, o campo de

ação da educação especial tem-se verificado nas unidades escolares da rede de ensino regular, nas escolas especiais e, às vezes, em espaços comunitários. Na maioria dos casos, a educação das pessoas com deficiência caracteriza-se por adotar o enfoque centrado na própria deficiência (o também chamado modelo médico-psicológico), quer dizer, voltado para a reabilitação ou para a compensação das dificuldades dos aluno (a)s.

A Educação Especial obedece aos mesmos princípios da Educação Geral, deve se iniciar no momento em que se identifique atraso ou alterações no desenvolvimento global da criança e continuar ao longo de sua vida, valorizando suas potencialidades e lhe proporcionando todos os meios para desenvolvê-las. Contudo, deve-se destacar que a ação transversal de educação especial permeia todos os níveis, desde a educação infantil até a educação superior, passando também pelas demais modalidades (educação profissional e educação de jovens e adultos).

Contudo, deve-se destacar que a ação transversal de educação especial permeia todos os níveis, desde a educação infantil até a educação superior, passando também pelas demais modalidades (educação profissional e educação de jovens e adultos).

Por outro lado, explica Carvalho (2006), que a expressão necessidades educacionais especiais pode ser utilizada para referir-se a crianças e jovens cujas necessidades decorrem de sua elevada capacidade ou de suas dificuldades para aprender. Está associada, portanto, a dificuldades de aprendizagem, não necessariamente vinculada a deficiência.

De acordo com Brasil (2003, p. 28):

O termo necessidades educacionais especiais surgiu para evitar os efeitos negativos de expressões utilizadas no contexto educacional, deficientes, excepcionais, subnormais, superdotados, infradotados, incapacitados, etc. Tem o propósito de deslocar o foco do aluno e direcioná-lo para as respostas educacionais que eles requerem, evitando enfatizar os seus atributos ou condições pessoais que podem interferir na sua aprendizagem e escolarização.

Com a utilização do citado termo, o que se objetiva resgatar é o seu caráter de

funcionalidade, ou seja, o que qualquer aluno pode requerer do sistema educativo quando frequenta a escola. No entanto, quando se fala em necessidades educacionais especiais, deve-se deixar de lado as dificuldades específicas dos alunos e passar a procurar a descobrir o que a escola pode fazer para dar respostas.

2.4 O ALUNO COM NECESSIDADES ESPECIAIS NO COTIDIANO ESCOLAR

Nos últimos anos, as transformações ocorridas no meio educacional e na legislação que rege o sistema educacional brasileiro, mostram a clara necessidade de incluir todos os alunos com deficiências nas salas de aula regulares das redes pública e particular de ensino.

Tal processo parte do princípio de que todos os alunos devem ser respeitados em suas diferenças e características, sejam elas quais forem. Nesse sentido, observa Mantoan (2007, p. 145), que:

[...] a inclusão causa uma mudança de perspectiva educacional, pois não se limita a ajudar somente os alunos que apresentam dificuldades na escola, mas apóia a todos: professores, alunos, pessoal administrativo, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral.

A perspectiva da inclusão do aluno com deficiências na escola regular significa avançar para um único sistema educacional, que seja mais diversificado, superando a atual separação entre programas e modalidades diferenciados, orientados a diferentes grupos.

Na concepção de Guijarro (2005, p. 32):

Garantir que todas as crianças, jovens e adultos tenham direito à educação, sem exceção, e que seja de qualidade, é uma responsabilidade do Ministério da Educação, em seu conjunto. Não obstante, existem necessidades educacionais especiais cuja satisfação requer a entrada em cena da educação especial, para garantir que isso seja possível. Dada essa perspectiva, a educação especial deveria atender àquelas necessidades educacionais que requerem seus conhecimentos, técnicos e recursos humanos especializados, seja quem for que

as apresente. Isso significa que é um complemento para a garantia dos fins da educação, já que sua finalidade é apoiar todos aqueles que, por diferentes causas, experimentam dificuldades de aprendizagem e de participação, para que obtenham um maior grau possível de desenvolvimento, aprendizagem e participação.

É oportuno destacar que a educação especial não é sinônimo de escola especial. E, que nesse campo, o progressivo avanço da inclusão também significa reconsiderar o rol das escolas especiais, já que estas cada vez escolarizam menos alunos e com deficiências mais severas.

Ao discutir a educação de alunos com deficiências, Mazzota (2008) mostra a necessidade urgente de se resgatar o sentido da Educação Especial, partindo do princípio de que as necessidades educacionais especiais são definidas e identificadas na relação concreta entre o educando e a educação escolar. E, que são os recursos educacionais especiais requeridos em tal situação de ensino-aprendizagem, que configuram a Educação Especial. De forma tal que tais recursos jamais devem ser reduzidos a uma ou outra modalidade administrativo-pedagógica como classe especial ou escola especial.

Em síntese, a educação das crianças com deficiências requer ações especializadas da escola, simultâneas ao emprego de alternativas e de procedimentos pedagógicos variados que permeiam os diversos modos de organização do sistema educacional. Contudo, não basta inserir os alunos com deficiências no ensino regular. É necessário que a escola regular seja reestruturada para esse fim, de modo que seja capaz de proporcionar a essa clientela um ensino de qualidade (BUENO et al., 2006).

Na realidade, ainda não existe no país rede que possibilite uma educação inclusiva. E, por essa razão, o aluno com deficiências não encontra na maioria dos espaços públicos escolares, nada que possa proporcionar-lhe condições mínimas de aprendizagem e desenvolvimento, pois as diretrizes não condizem com a realidade.

Na visão de Baptista (2005), outro fator que também dificulta a permanência do aluno com deficiências na escola regular é o

número reduzido de profissionais capacitados para lidar com essa situação. E, isto leva aqueles alunos ditos 'especiais' que ingressam na escola regular ao fracasso.

Para que isto não seja possível é preciso que a escola seja capaz de oferecer oportunidades de desenvolvimento de comportamentos e atitudes, baseados na diversidade humana e nas diferenças individuais dos seus alunos. Este é mais um dos desafios que a educação inclusiva enfrenta em seu cotidiano.

No entanto, a realidade tem mostrado que ainda existe muita coisa para ser feita, visando possibilitar uma melhor inserção do aluno com deficiências na escola. E, isto somente será possível quando o estado e a sociedade reconhecer a ineficiência da educação inclusiva, da educação para todos, para que possa construir a escola inclusiva que realmente é necessário.

2.5 A CONTRIBUIÇÃO DO PSICOPEDAGOGO À EDUCAÇÃO INCLUSIVA

O trabalho do psicopedagogo tem por objetivo habilitar a comunidade escolar para uma boa convivência uma harmonia plena, entre aqueles considerados 'especiais', oferecendo aos mesmos possibilidades reais de construir seu próprio conhecimento.

Assim, para melhor desenvolver esse papel, é de suma importância que o psicopedagogo tenha uma compreensão abrangente sobre a deficiência. E esse conhecimento facilitará uma melhor discussão sobre novas metodologias de ensino, questões sobre o preconceito e rejeição, ou diferentes modalidades de aprendizagem, seja do aluno ou do professor (NOFFS, 2007).

Nesse contexto, a psicopedagogia chama para si uma importância extrema. Por outro lado, quando o psicopedagogo é atuante, ele pode contribuir para que o indivíduo com deficiência possa desenvolver o seu potencial no seu processo educacional, constituindo-se cidadão e, conseqüentemente, incluindo-se socialmente.

De acordo com Scoz (2007), a atuação do psicopedagogo na área da educação especial, com indivíduos com

deficiência é uma tarefa desafiadora, visto que trabalhar com indivíduos com deficiência requer planos de trabalho em parceria máxima com as instituições escolares.

Para promover a educação inclusiva, além de trabalhar com o professor capacitando-o para o seu dia a dia, o psicopedagogo também pode atuar auxiliando pais a compreenderem melhor o processo de inclusão. E isto é possível a partir de encontros, palestras e conversas esclarecedoras.

Stainback e Stainback (2007) informa que a primeira tarefa do psicopedagogo que atua na educação inclusiva é identificar quais alunos necessitam de adaptações para frequentarem o espaço escolar e auxilia a escola a definir e pôr em prática estas adequações. Nesta primeira etapa, ele promove uma avaliação, identificando os problemas enfrentados pela escola, bem como os aspectos positivos e outros fatores que interferem no processo inclusivo. Segundo, ele coloca em prática um plano de atividades capazes de intervir no processo educativo, auxiliando ao portador de deficiências sentir-se inserido no contexto da escola regular.

Assim sendo, percebe-se que em seu importante papel, o psicopedagogo pode contribuir de diferentes maneiras e em variados graus, para o êxito da inclusão de alunos com deficiências nas escolas regulares.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo central da educação inclusiva é abrir as portas da escola para acolher todas as pessoas, seja ela deficiente física, mental, superdotada, pobre, rica ou discriminada pela sociedade. Esta heterogeneidade e este convívio com diferentes identidades são situações que fazem da inclusão o resultado de uma educação plural e democrática, que possibilita uma ação positiva de interação entre todos os sujeitos envolvidos neste processo.

À escola cabe a missão de propor um atendimento que contemple as necessidades do seu público. Ela deve buscar respostas educativas satisfatórias. Para tanto, deve transformar suas práticas educacionais, organizar uma assistência especializada e

dotar-se de recursos capazes de promover atividades que possam desenvolver o potencial dos alunos.

Estas particularidades demonstram que essa prática necessita de uma ação articulada, objetivando superar lacunas do sistema tradicional, adequando-se ao contexto real no qual o indivíduo assistido está inserido.

Desta forma, a escola que objetiva desenvolver um trabalho inclusivo deve buscar respostas que satisfaçam às necessidades dos alunos. Por isso, ela não pode isolar-se.

Tal processo é complexo e requer mudanças significativas na escola, na prática pedagógica, exigindo, ao mesmo tempo, investimentos consideráveis destinados a transformar a escola num ambiente no qual o aluno com deficiências não se sinta limitado e nem inferiorizado em relação aos demais.

Contudo, para que isto aconteça as escolas e suas comunidades devem mudar. Elas devem se preparar para entenderem, celebrarem e trabalharem com a diversidade humana existente nas suas classes. Pois, somente desta forma haverá inclusão.

É oportuno frisar que o processo de inclusão escolar de todos na escola regular, exerce um papel de extrema relevância na construção da identidade do aluno com deficiência. As diferenças somente serão superadas a partir da convivência com o diferente. Ademais, é nessa convivência com os colegas 'normais' que o aluno com deficiência reconhece seus limites e torna-se capaz de estabelecer meios para superar obstáculos impostos por sua deficiência.

Nesse contexto, a presença do psicopedagogo é algo patente. Pois ele é o profissional habilitado para coordenar/auxiliar esse processo de mudança, promovendo encontros, palestras, coordenando discussões pedagógicas que sirvam para auxiliar o professor na construção de sua nova postura.

Assim, percebe-se que no processo de construção da escola inclusiva, o psicopedagogo é o profissional que não pode faltar, visto que o mesmo poderá não somente contribuir para na construção desse processo, como canalizar os esforços necessários para que o mesmo seja algo possível e produtivo.

4 REFERÊNCIAS

ALVES, Denise de Oliveira; BARBOSA, Kátia Aparecida Marangon. Experiências Educacionais Inclusivas: refletindo sobre o cotidiano escolar. In: ROTH, Berenice Weissheime (org.). **Experiências educacionais inclusivas**. Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2006.

BAPTISTA, Cláudio Roberto. Inclusão, cotidiano escolar e políticas públicas: sentidos e perspectivas. **Revista Brasileira de Educação Especial**, n. 26, p. 11-19, 2005.

BISCHOFF, Cláudia Maria; SANTOS, Michelle de Souza; MUNCINELLI, Sandra Elisa. Práticas Educacionais Inclusivas em Sala de Aula no Município de Caçador/SC. In: ROTH, Berenice Weissheimer (Org.). **Experiências educacionais inclusivas**: Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2006, p. 113-117.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica**. Brasília: MEC/SEE, 2001.

_____. **Educação inclusiva**: a escola. Brasília: MEC/SEE, 2004 (v. 3).

CARVALHO, RositaEdler. **Removendo barreiras para a aprendizagem**. 5. ed. Porto Alegre: Mediação, 2006.

DUK, Cynthia. **Educar na diversidade**: material de formação docente. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria de Educação Especial, 2005.

GOMES, Nilma Lino et al. **Indagações sobre currículo**: diversidade e currículo. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2008.

GUIJARRO, Maria Rosa Blanco. Inclusão: um desafio para os sistemas educacionais. In: BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Ensaio pedagógico**: construindo escolas inclusivas. Brasília: MEC, SEESP, 2005.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér. **A integração de pessoas com deficiência**. 5 ed. São Paulo: Senac, 2007.

MAZZOTA, M. J. da S. Inclusão e integração ou chaves da vida humana. In: III Congresso ibero-americano de educação especial, Foz do Iguaçu, 4 a 7 de novembro de 2008. **Anais**. Foz do Iguaçu, 2008. v. 1. p. 48 - 53.

MENDES, Eniceia Gonçalves. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, v. 11 n. 33 set./dez. 2006, p. 387-402.

MITTLER, Peter. **Educação inclusiva**: contextos sociais. Porto Alegre: Artmed, 2003.

NOFFS, Neide de Aquino. A psicopedagogia no enfoque existencial. **Revista Psicopedagógica**, v. 14, n. 32, p. 21-27, 2007.

SCOZ, Beatriz. Psicopedagogia e realidade escolar: o problema escolar e de aprendizagem. 7. ed. Petrópolis, Vozes, 2007.

STAINBACK, Susan; STAINBACK, William. **Inclusão**: Um guia para educadores. 5 ed. Tradução: Magda França Lopes. Porto Alegre: Artmed, 2007.